

## **A Certificação do Ensino Médio**

A notícia de que o governo estuda lançar um exame para a certificação do Ensino Médio sugere algumas considerações. Tal como originalmente concebido, o Enem foi criado em 1998 com a função de investigar as competências básicas do estudante ao concluir a Educação Básica. Portanto ele tinha como função certificar a conclusão do Ensino Médio. O Enem original não se confundia com concursos seletivos. Foi somente em 2010 que ele foi convertido, a fórceps, em um vestibular unificado nacional. Ao fazê-lo, o governo atribuiu ao exame um excesso de funções, muitas delas incompatíveis, que terminam por abalar a precisão e a legitimidade do investimento feito pelo país.

Durante seis anos, a relutância do governo em admitir esse equívoco lançou perplexidade e confusão às escolas de Ensino Médio, desnortando o trabalho do segmento em todo o país. Agora, pela primeira vez, desde a instauração do "Novo Enem" o MEC admite que um único exame não suporta múltiplas funções. Nesse giro de 360 graus, o país reinventa a roda criada em 1998 e distorcida em 2010.

O reconhecimento desse excesso se dá nesse início de 2016, ao mesmo tempo em que o país discute a - Base Nacional Curricular Comum - outro fator determinante para o trabalho das escolas. O bom encaminhamento dessas questões depende, em grande parte, de que venham a ser amadurecidas de forma articulada uma e outra. Afinal, o Ensino Médio tem seus sentidos e funções atribuídos por duas vertentes: de um lado, pela legislação; de outro, pelo sistema de avaliações em larga escala que cercam a Educação Básica - os exames vestibulares e o Enem.

É oportuno lembrar que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 foram complementadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013. Ao estabelecerem sentidos e intencionalidades para o trabalho das escolas e para o currículo, todas essas leis foram sábias ao reconhecer a virtude de um sistema de ensino marcado pela diversidade. O país já dispõe, portanto, de uma vasta e consistente legislação que permanece em vigor. Portanto ela antecede e se sobrepõe à BNCC atualmente em discussão, e cujo amadurecimento deve levá-la em consideração.

Por outro lado, convém que a legislação e as avaliações externas sejam concebidas de forma articulada e complementar, uma dimensão deve referendar a outra, de forma coerente. Por essa razão, se a BNCC lista conteúdos obrigatórios, não há como pretender desenvolvê-la sem que se resolva, ao mesmo tempo, a equação entre o Enem e o exame de certificação do Ensino Médio.

Até então, o MEC parecia insistir em manter o Enem como o único exame a avaliar o Ensino Médio. Mesmo sobrecarregado por múltiplas funções, seria dele o papel complementar de espelhar a BNCC. No entanto agora o governo anuncia mais uma nova avaliação, que vem coexistir com o atual Enem. Mas ao fazer esse anúncio já em meio à discussão sobre a BNCC, o governo surpreende acrescentando um novo parâmetro para essa base.

Agora, o anúncio de mais um exame que virá certificar a conclusão do Ensino Médio apresenta um outro referencial que poderá dialogar de forma muito mais direta com a base comum obrigatória. Essa nova informação traz consequências diretas para a reflexão em torno da BNCC, que agora poderá ser conduzida tendo em vista não mais um concurso seletivo, mas um exame de certificação. Afinal, a obrigatoriedade de conteúdos comuns é que deverá determinar o exame de certificação do Ensino Médio. Não há como pensar um sem o outro.

É possível que entre idas e vindas o país avance, mas é importante frisar que os passos descontraídos do MEC semeiam perplexidade e tornam mais longo o processo de alforria do Ensino Médio. O decorrer do tempo impõe à gerações de estudantes um currículo enciclopédico e sobrecarregado, que afasta legiões de jovens da escola e priva os muitos outros de uma trajetória escolar mais pertinente e plena de sentido.

A notícia de um exame de certificação do Ensino Médio equivale a uma reinvenção da roda, mas é bem-vinda, pois abre possibilidades para a tão necessária diversificação do Ensino Médio. Para que o debate possa avançar, convém que o governo publique em maiores detalhes em que consistirá esse novo exame de certificação.

Pedro Flexa Ribeiro